

CURZIO MALAPARTE

**TÉCNICAS DE
GOLPES
DE
ESTADO**

UTILIZADAS POR:
**FASCISTAS
COMUNISTAS
NAZISTAS**

TRADUÇÃO DE
ROBERTA SARTORI



APRESENTAÇÃO

Publicado pela primeira vez em 1931, o clássico que o leitor tem em mãos foi proibido por Mussolini na Itália fascista e incendiado em praça pública por ordem pessoal de Hitler na Alemanha nazista. Trótski, considerando-o fascista, atacou-o com fúria na imprensa internacional, ao mesmo tempo em que nos círculos intelectuais da União Soviética *Técnicas de golpes de Estado* era massacrado sob a acusação de ser trotskista. Este livro foi proibido na Áustria, na Espanha, em Portugal, na Polônia, na Hungria, na Romênia, na Iugoslávia, na Bulgária e na Grécia. Poderia haver melhor elogio a um livro intitulado *Técnicas de golpes de Estado* que o fato de que foi proibido em todos os lugares onde houve golpes de Estado? Entretanto, apesar dessas proibições – ou por causa delas – poucos livros foram tão lidos e tão discutidos; menos livros ainda tiveram tanta influência na história e no rumo geral dos acontecimentos.

Esses fatos não devem sugerir, porém, que *Técnicas de golpes de Estado* seja um livro de interesse meramente histórico, que lida com fatos enterrados no passado remoto. Trata-se, ao contrário, de um livro essencial para a compreensão do mundo contemporâneo e a ação efetiva nele, que permanece tão relevante hoje quanto era em 1931. Pois em todo o mundo está na moda a ideia de que a democracia está sob constante ameaça. Quase não passa um dia sem que, de acordo com a imprensa, algum fato ameace a democracia ou mesmo marque o seu fim. Mas o que realmente constitui ameaça à democracia e o que é mera cortina de fumaça? É a essa pergunta, entre outras igualmente vitais, que este livro responde.

Se seu título sugere que *Técnicas de golpes de Estado* é uma espécie de manual para a tomada do poder, é porque de fato é. Entretanto, tendo recebido do próprio autor uma cópia do livro, o político francês Jean Chiappe (1878-1940), que

Curzio Malaparte descreve como “criador da complexa máquina estatal francesa para a defesa da República e das liberdades republicanas”, respondeu-lhe: “Você ensina estadistas a prever os fenômenos revolucionários de nosso tempo, a entendê-los, a impedir que os sediciosos tomem o poder pela força”. É que a descrição meticulosa da doença é aqui o meio para a cura: o veneno é estudado a fim de fabricar o antídoto. Malaparte pretende “mostrar como se conquista e se defende um Estado moderno” para que este seja defendido, não tomado.

Assim, o objetivo professo deste livro é ensinar aos defensores da democracia como impedir que seus inimigos a destruam. O que Malaparte deseja é mostrar aos partidários da liberdade e da democracia como defender-se “dos partidos que colocam o problema do Estado no terreno revolucionário ... os partidos de extrema-direita e extrema-esquerda ... ou seja, os fascistas e os comunistas.” O livro é efetivamente, pois, um manual prático para uso de governos democráticos, já que, como explica Malaparte, os meios usados para preservar a democracia são idênticos aos meios usados para destruí-la.

Não poderia haver homem melhor para realizar essa tarefa do que Curzio Malaparte. Em 1922, já acumulando experiências como soldado e diplomata, Malaparte adere entusiasticamente ao movimento fascista e participa da marcha sobre Roma. A partir de 1924, dá início a uma frutífera carreira de jornalista e escritor na qual não somente escreve artigos e livros de cunho fascista, mas dirige o principal jornal do regime, o *Stampa*. Ali, graças a seu espírito independente e livre, Malaparte começa a divergir cada vez mais da linha ortodoxa do fascismo, até ser finalmente afastado da direção do jornal em 1931 por ordem do próprio Mussolini, com quem até então mantinha relações pessoais. É justamente em 1931 que *Técnicas de golpes de Estado* é publicado pela primeira vez, não na Itália, mas na França, país onde o agora ex-fascista se exilara.

Assim, Malaparte não é um cientista ou filósofo tentando compreender os fatos desde fora, mas um personagem que participou diretamente dos acontecimentos desde o centro, vendo-os com os próprios olhos. Disso decorre o fato inusitado, mas delicioso, de que um livro desta natureza e com este tema seja escrito em primeira pessoa por um protagonista que se coloca como testemunha dos fatos narrados. Como explica o próprio Malaparte em *Memoriale* (1946):

Meu livro *Técnicas de golpes de Estado* não é um ensaio histórico, nem um estudo político e social ... Trata-se de um livro de história romanceada, no

qual os fatos fundamentais são verdadeiros e exatos, mas as razões da experiência pessoal estão continuamente entrelaçadas com razões tiradas da imaginação e da experiência de outros. ... Nos capítulos dedicados aos golpes de Estado modernos, como o de Trótski em 1928, em Moscou; o de Mussolini, em outubro de 1922; e o que Hitler se preparava para realizar na Alemanha [o livro surgiu em 1931, enquanto Hitler ascendeu ao poder em 1933], o personagem chamado “eu” aparece continuamente em cena, pegando o leitor pela mão e guiando-o em meio ao turbilhão dos acontecimentos, introduzindo-o nos segredos da máquina revolucionária, fazendo-o observar de perto, praticamente com os próprios olhos, o mecanismo interno do golpe de Estado. Enquanto o procedimento utilizado nos ensaios históricos e políticos é o de um olhar externo, ou seja, do exame objetivo dos fatos, para o interno, ou seja, para um julgamento subjetivo dos próprios fatos, o procedimento do gênero literário que eu segui na *Technique du coup d'État* foi ir de dentro para fora, ou seja, uma visão subjetiva dos fatos para um julgamento objetivo.

As conclusões desta investigação demolem inúmeras concepções contemporâneas sobre as condições propícias a um golpe de Estado e os fatos que constituem “ameaças à democracia”. De acordo com Malaparte, por exemplo, o elemento essencial de um golpe de Estado não é a ideologia, mas a técnica. Pois, explica ele, “o problema da conquista e da defesa do Estado não é uma questão política, e sim técnica. ... As circunstâncias favoráveis a um golpe de Estado não são necessariamente de natureza política e social e não dependem das condições gerais do país.” Mais importante para realizar um golpe de Estado do que a posse de meios políticos ou a existência de certas condições gerais favoráveis no país é, segundo Malaparte, o controle dos centros do poder tecnológico do Estado, sobretudo os meios de informação. Assim, é quem controla esses meios que tem o poder real de realizar um golpe de Estado.

Depois de ler este clássico indispensável para a compreensão do mundo em que vivemos e a defesa efetiva da liberdade, o leitor será capaz de julgar por conta própria o que constitui e o que não constitui uma “ameaça à democracia”, bem como que pessoas ou grupos possuem os meios reais de acabar com a democracia dando um golpe de Estado.

EDUARDO LEVY
Escritor e tradutor



PREFÁCIO

PORQUE DEFENDER A LIBERDADE SEMPRE COMPENSA

Eu odeio este meu livro. Eu o odeio de todo coração. Ele me deu fama, aquela pobre coisa que é a fama, mas também quantas misérias. Em razão deste livro conheci a prisão e o exílio, a traição dos amigos, a má-fé dos adversários, o egoísmo e a maldade dos homens. Deste livro, nasceu a lenda estúpida que faz de mim um ser cínico e cruel, uma espécie de Maquiavel no papel de um cardeal de Retz: quando sou apenas um escritor, um artista, um homem livre que sofre mais os males de outros do que os seus próprios.

Este meu *Técnicas de golpes de Estado*, que apareceu em Paris em 1931 (da Bernard Grasset, na coleção *Les écrits*, editada por Jean Guéhénno), está agora para ser impresso pela primeira vez na Itália, e reimpresso na França, por ocasião do centenário do *Manifesto comunista* de 1848. É um livro, a esta altura, famoso, “um clássico”, como dizem os críticos franceses, e está tão vivo e válido hoje como estava vivo e era válido ontem. E quem me censuraria por não ter incluído nesta primeira edição italiana, e na nova edição que, neste momento, apareceu na França, algum novo capítulo sobre a revolução republicana espanhola, a revolução de Franco (1892-1975), sobre a recente “defenestração” de Praga (e sobre os golpes de Estado que estão sendo preparados aqui e ali na Europa), mostraria não compreender que esses acontecimentos, posteriores ao primeiro surgimento deste livro, nada trazem de novo à moderna técnica do golpe de Estado. A técnica revolucionária é de fato ainda hoje, na Europa, aquela que estudei e descrevi nestas páginas. Algum progresso, no entanto, aparece na técnica moderna de defesa do Estado. Parece que todos os homens de governo (se é que leem livros) leram estas minhas páginas e souberam tirar proveito dos ensinamentos que elas contêm. Teremos, assim, que atribuir a

este meu livro o mérito por tal progresso? Ou melhor, pela lição dos acontecimentos dos últimos anos?

O célebre senhor Jean Chiappe (1878-1940), criador da complexa máquina estatal francesa para a defesa da República e das liberdades republicanas, a quem enviei em homenagem, em 1931, uma cópia do *Técnicas de golpes de Estado* com a dedicatória “*A Monsieur Jean Chiappe, technicien du coup d’arrêt*” [“Ao senhor Jean Chiappe, especialista em impedir golpes”], aproveitou a ocasião para me escrever que meu livro era tão perigoso nas mãos dos inimigos da liberdade, tanto à direita como à esquerda, quanto era precioso nas mãos de estadistas, aos quais cabia a responsabilidade de defender as liberdades democráticas. Ele acrescentou em sua carta: “*Vous apprenez aux hommes d’État à prévoir les phénomènes révolutionnaires de notre temps, à les comprendre, à empêcher les séditeux de s’emparer du pouvoir par la violence*” [“Você ensina estadistas a prever os fenômenos revolucionários de nosso tempo, a entendê-los, a impedir que os sediciosos tomem o poder pela força”].

É provável que os defensores do Estado tenham tirado muito mais proveito da lição dos acontecimentos do que da leitura de meu livro. Mas não seria um mérito pouco significativo para estas páginas, mesmo que elas apenas tenham ensinado aos defensores da liberdade como interpretar os acontecimentos e qual a lição que se deve colher deles.

Proibida na Itália por Mussolini, a obra *Técnicas de golpes de Estado* é hoje uma novidade para o leitor italiano, à qual a situação internacional e a interna de nosso país infelizmente acrescentam um interesse muito atual. Penso que não será inútil, a esta altura, alertar o leitor italiano de que este meu livro não só estava, naquele momento, proibido apenas na Itália, mas também na Alemanha, Áustria, Espanha, em Portugal, na Polônia, Hungria, Romênia, Jugoslávia, Bulgária, Grécia, em todos esses Estados, isto é, onde, fosse pela vontade de um ditador, fosse pela corrupção das instituições democráticas, as liberdades públicas e privadas encontravam-se sufocadas ou suprimidas.

Incomum e arriscado, o destino deste meu livro! Proibido pelos governos totalitários, que viam no *Técnicas de golpes de Estado* uma espécie de “manual do revolucionário perfeito”; indexado por governos liberais e democráticos, para os quais ele nada mais era do que um “manual da arte de tomar o poder com violência”, e, ao mesmo tempo, um “manual da arte de defender o Estado”; acusado de fascismo pelos trotskistas, e pelo próprio Trótski, e de trotskismo por certos comunistas, que não suportam ver o nome de Trótski misturado com o de Lênin

e, mais importante, com o nome de Stalin: não é, porém, menos verdadeiro que raramente um livro suscitou tantas discussões, tantas paixões contrárias. Raras vezes um livro serviu tão bem, e de forma tão gratuita, ao bem e ao mal. A esse respeito, permita-me recordar um caso muito singular, sobre o qual os jornais da época fizeram um grande barulho. Quando o príncipe Starhemberg (1899-1956) foi preso em seu castelo em Tiralto por ordem do chanceler austríaco Dolfuss (1892-1934), sob a acusação de conspiração contra o Estado, foi encontrado em sua casa, *horresco referens**, um exemplar de meu livro. O chanceler Dolfuss aproveitou esse pretexto para proibir o *Técnicas de golpes de Estado* na Áustria. Mas no dia em que Dolfuss foi assassinado pelos nazistas, os jornais de Viena anunciaram que uma cópia de meu livro havia sido achada sobre sua escrivaninha. Certamente uma cópia intacta. Pois se Dolfuss tivesse lido meu livro e soubesse como tirar proveito dele, é provável que ele não tivesse encontrado esse fim.

Escrevi o *Técnicas de golpes de Estado* nos últimos meses de 1930, em Turim, quando ainda era diretor do *Stampa*. O original foi levado a Paris, ao editor Bernard Grasset, por Daniel Halévy, que veio buscá-lo em Turim – eu não tinha coragem para cruzar a fronteira carregando aquelas páginas comigo. Em março de 1931, quando o livro estava prestes a sair, fui à França, a conselho de Bernard Grasset e Halévy, para me proteger das possíveis reações de Mussolini.

Como Mussolini reagiu ao meu *Técnicas de golpes de Estado*? Ele gostou do livro, mas não o engoliu. Em uma dessas contradições inerentes a seu caráter, ele proibiu a edição italiana, mas permitiu que os jornais falassem amplamente sobre ela. Um belo dia, sem mais nem menos, a imprensa italiana recebeu ordens para não falar mais do meu livro, nem para o bem nem para o mal. O que aconteceu nesse meio-tempo?

Publicado na Alemanha em 1932, ou seja, muito antes da chegada de Hitler ao poder, o *Técnicas de golpes de Estado* (edição alemã, *Des Staatsstreichs*, Tal Verlag, Leipzig e Viena, 1932), que é o primeiro livro a aparecer na Europa contra Hitler, trouxe uma importante contribuição à propaganda antinazista. Durante as eleições políticas alemãs do outono de 1932, os muros de todas as cidades e de todos os vilarejos da Alemanha apareceram cobertos com grandes cartazes da Frente Democrática Antinazista, nos quais, sob o título “Como o escritor italiano Curzio Malaparte julga Hitler e o nazismo”, as frases mais insolentes do capítulo sobre Hitler foram impressas em letras garrafais. Cópias desses cartazes me

* “Tremo ao contá-lo.” (N. da T.)

foram enviadas, como prova de meu crime, pelo chefe do Gabinete de Imprensa do Chefe do Governo, Landò Ferretti (1895-1977), acompanhadas destas simples palavras: “Olha o que fizeste!”. Algum tempo depois, na cela número 471 do 4º Braço do Regina Coeli, tomei conhecimento do que havia feito.

Nunca conheci Hitler, jamais me aproximei dele. Mas eu o discernei, ou melhor, eu o “adivinei”. O retrato de Hitler, desenhado por mim como uma mente maligna e com uma mão muito severa, revelou Hitler aos próprios alemães, enquanto eram escritos o *Frankfurter Zeitung** e o *Berliner Tagesblatt*** . Discussões apaixonadas evocaram minha profecia, que se concretizou em janeiro de 1933, de que Hitler não tomaria o poder por um golpe de Estado, mas por um compromisso parlamentar; e minha outra profecia, que se concretizou pouco depois, em junho de 1934, de que Hitler, com violência implacável, exterminaria a ala extrema de seu próprio partido.

Não surpreende, portanto, que Hitler, logo que chegou ao poder, apressou-se em mandar condenar meu livro, por decreto do Gauleiter da Saxônia***, a ser queimado na praça pública de Leipzig, pela mão do carrasco, segundo o rito nazista. O meu *Técnicas de golpes de Estado* foi lançado ao fogo na mesma pira em que tantos livros foram reduzidos a cinzas, condenados por motivos políticos ou raciais. Não contente em queimar meu livro, Hitler pediu minha cabeça a Mussolini e a conseguiu.

A perplexidade, na Itália e fora da Itália, foi enorme. Era a primeira vez que um escritor italiano ia preso não por “conspiração”, mas por sua obra literária. Para o *Times* e para o *Manchester Guardian*, que tomaram minha defesa, julgando meu caso pessoal como um indicador muito sério da real situação da literatura na Itália, Mussolini fez o *Popolo d'Italia* e o *Tevere* de 6 de outubro de 1933 responderem que minha prisão “não passava de uma medida da administração ordinária”.

Fui, então, preso, trancado em uma cela em Regina Coeli e condenado “a cinco anos de reclusão em Lipari por ‘manifestações antifascistas no exterior’” (declaração oficial da *Agência Stefani* de 11 de outubro de 1933). As provas contra mim

* Jornal de língua alemã de circulação em âmbito nacional entre 1856 e 1943. Durante o Terceiro Reich, foi considerada a única publicação não controlada por Joseph Goebbels e pelo Ministério da Propaganda. (N. da T.)

** Jornal de língua alemã que circulou em Berlim de 1872 a 1939. (N. da T.)

*** O Gau Saxony foi uma divisão administrativa da Alemanha nazista no estado alemão da Saxônia. O Gauleiter (era a denominação alemã para um líder provincial), no caso do Terceiro Reich, era uma espécie de prefeito virtual, cujo papel era denunciar problemas e sucessos das práticas ali aplicadas. (N. da T.)

eram: uma cópia do *Técnicas de golpes de Estado*, na qual o próprio Mussolini havia marcado as sentenças incriminatórias com um lápis vermelho; os cartazes da Frente Democrática Antinazista alemã; uma carta que muitos meses antes eu escrevera a um amigo já falecido, na qual, em nome de todos os escritores italianos, eu defendia a liberdade da arte e da literatura e expressava um severo julgamento sobre a atitude de Balbo (1896-1940) – carta que fui levado a escrever na sequência de um apelo, enviado a mim, em Paris, por Elio Vittorini, para retornar à Itália a fim de assumir publicamente a defesa da liberdade literária e da dignidade dos escritores italianos, marcadas por insultos e ameaças da imprensa fascista; e, por fim, um artigo, abertamente hostil a Mussolini e a Hitler apareceu nas *Nouvelles Littéraires* de março de 1933, com o título: “Immortalità du Guichardin”.

Perante as calúnias e a má-fé de alguns, que se tornaram hoje, em total descaramento, os mais puros heróis da liberdade, é bom que se digam certas coisas, e eu as digo. E como alguns cavalheiros espalharam o boato de que, após o exílio, eu voltaria às boas graças de Mussolini, convém que, finalmente, sejam tornados públicos, de uma vez por todas, alguns fatos que só meus amigos conhecem, fatos esses que até o momento tenho desprezado, os quais não tenho usado não por orgulho, mas por honesta indiferença pela calúnia.

Após três anos de exílio, minha sentença foi comutada para dois anos de vigilância especial. Libertado em 1938, desde então sofri todas as perseguições policiais excessivamente mesquinhas e superficiais, bem conhecidas daqueles que foram “libertados” da prisão ou do exílio. Devido a seu complexo de inferioridade em relação a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, havia ofendido, Mussolini nunca me perdoou por me mandar para a cadeia. (De minha parte, agora que ele está morto, eu o perdoei. Tenho muitas e boas razões para ser cristão.) A primeira atitude dele, portanto, foi me proibir não só de residir em Prato, onde tinha minha família, como em Forte dei Marmi, isto é, em minha casa, e até mesmo de passar lá algumas horas.

Cabia a mim, para qualquer coisa, pedir autorização especial à polícia. Quando minha pobre e querida Eugenia Baldi, que havia sido uma mãe para mim, morreu, não cheguei a tempo de vê-la partir. Quando cheguei a Prato, após finalmente conseguir permissão do quartel-general da polícia, ela já estava morta fazia dois dias. Ele, dessa forma, não só se recusou a me dar meu passaporte, para me impedir de voltar a Paris, onde meus amigos franceses me aconselhavam a me refugiar, como também me proibiu de ir para as regiões fronteiriças: eu não poderia ultrapassar Gênova, Turim, Milão nem Verona.

Em 1936, ou seja, dois anos antes das leis raciais, Mussolini ordenou uma investigação para determinar se eu era judeu, com a esperança de talvez obter mais um argumento que justificasse, diante de sua consciência, seu comportamento mesquinho e injusto para comigo: tal era o grau de degradação de seu complexo de inferioridade. Essa investigação, que ele solicitou com suas repetidas intervenções pessoais com o chefe de polícia (posuo os documentos, incluindo a transcrição de seu próprio punho de um fonograma dele para o chefe de polícia que dizia: “Mas, afinal, ele é ou não é judeu?”), estabeleceu de modo irrefutável que nem meu pai nem minha mãe, nem meus avós, nem meus bisavós foram, de qualquer forma, responsáveis por meu *Técnicas de golpes de Estado*. Apesar disso, ele ordenou uma nova investigação em 1938, por ocasião das leis raciais, para o grande espanto de Dino Alfieri (1886-1966), então Ministro da Cultura Popular, a quem ele encarregara daquela inquisição sem fundamento e ridícula. Infelizmente, eu nem sequer era judeu!

Não bastava para ele que eu fosse estritamente supervisionado por ordem sua, toda vez que algum líder nazista ia a Roma, Mussolini mandava me prender “por medidas de segurança pública”. Eu era perigoso e não sabia! Assim, tanto para a visita de Hitler, em maio de 1938, quanto para as de Goebbels, Himmler (1900-1945) e Goering (1893-1946), comecei a passar longos dias na prisão, onde, a cada vez, eu encontrava meus antigos companheiros de Regina Coeli, quase todos velhos republicanos ou muito jovens comunistas de Testaccio e Trastevere. Foi por essa razão que, a conselho de Galeazzo Ciano (1903-1944), eu me estabeleci em Capri, longe de Roma, e longe das regiões que o trem de Brennero atravessa para descer ao Tibre. Mas nem em Capri eu ficava em paz: o comissário do P. S., Morini, e depois seu sucessor, Fortunato, receberam ordens para me monitorar e realizar buscas frequentes em minha casa.

A afetuosa amizade de Galeazzo Ciano (que tantos escritores, tantos artistas, tantos judeus, tantos opositores políticos defenderam contra o próprio Mussolini) nunca conseguiu impedir que eu fosse tão mesquinamente perseguido. Sua amizade, no entanto, me foi de grande ajuda: visto que muitos, que a princípio fingiam não me ver, ou não me reconhecer (todos os heróis da liberdade, hoje), sabendo que Galeazzo Ciano era meu amigo, cumprimentavam-me e sorriam para mim. E ele foi de grande ajuda para meus próprios amigos: os quais muitos, judeus e não judeus, que agora me censuram por essa amizade, como se houvesse algo desonroso nesse sentimento, totalmente pessoal, recorreram a mim para co-mover Galeazzo Ciano para defendê-los, protegê-los, salvá-los.

Em 1939, Aldo Borelli (1890-1965) propôs que eu fosse para a Etiópia como correspondente especial do *Corriere della Sera*. Após longas negociações entre o Ministério da Cultura Popular, o Ministério do Interior e Aldo Borelli, diretor do *Corriere della Sera*, que, apoiado por Galeazzo Ciano, não só não me abandonou como fez tudo o que pôde para tentar mitigar as perseguições a que fui exposto, finalmente obtive permissão para ir para a Etiópia. Mussolini, porém, deu ordens para que eu fosse acompanhado por um policial, o doutor Conte, pessoa, felizmente para mim, séria, honesta e, acrescento, de bom coração, que se colocou a meu lado e não se afastou um palmo de mim durante toda aquela longa e cansativa viagem de mais de 3 mil quilômetros pela Etiópia.

Mussolini, sem dúvida, temia que eu desembarcasse escondido em Port Said ou em Suez, ou que eu chegasse à França via Djibuti. Rumo à Port Said, na ida, e no rumo à Suez, na volta, fui mantido trancado em uma cabine e vigiado até que, ao sair do Canal de Suez, já não estávamos mais em alto-mar. Tenho os relatórios que o doutor Conte enviava regularmente a Mussolini para repetir-lhe minhas palavras mais inocentes e informá-lo das precauções que julgou conveniente tomar para impedir minha fuga.

Durante essa viagem, aconteceu-me um caso muito singular. Em Gondar, eu havia decidido chegar a Adis Abeba através do Goggiam (uma viagem de cerca de mil quilômetros no lombo de uma mula), mas, embora a guerra na Etiópia já tivesse terminado havia quatro anos, a revolta em Goggiam grassava ferozmente, e a minha viagem, julgada insana, foi-me proibida pelo governador militar de Gondar. Ao saber, no entanto, que o 9º Batalhão Eritreu, comandado pelo capitão Renzulli, um bravo soldado da Puglia, teria tentado, desde as margens do lago Tana, penetrar no Goggiam para abastecer aquelas nossas guarnições, isoladas e sitiadas durante muitos meses, e, para chegar a Adis Abeba por Debra Marcos, consegui me juntar a esse batalhão. Fui, então, para o lago Tana e parti com o 9º Batalhão da Eritreia, sempre com o doutor Conte muito próximo a mim.

No primeiro dia, tudo correu bem, mas, por volta do pôr do sol, nossa coluna foi atacada por uma horda de vários milhares de rebeldes etíopes. Eu estava desarmado e não podia me defender. Assim, pedi ao agente de polícia, de quem eu era praticamente prisioneiro, permissão para pegar o fuzil de um ascaro*, morto a poucos passos de mim. O doutor Conte, depois de muitas objeções,

* A palavra "ascaro" (*askari*) refere-se a soldados naturais da África Oriental e do Oriente Médio que se alistaram nas antigas tropas coloniais italianas. (N. da T.)

concedeu-me essa permissão, e desse modo, tendo apanhado a espingarda do cadáver, pude defender-me dos agressores, ao lado de meu anjo da guarda, que disparava contra os rebeldes sem sequer apontar, tão preocupado estava em não me perder de vista por um só instante. Por nossa conduta naquele confronto sangrento, o doutor Conte e eu fomos condecorados com a cruz de guerra em campo.

Durante aquela minha “Volta à Etiópia em 80 dias”, viajei, portanto, como Phileas Fogg, acompanhado por um policial, a quem provavelmente devo minha vida. Pois se o doutor Conte, em vez de me deixar pegar o fuzil de um morto, tivesse me algemado naquele momento perigoso, sem dúvida eu teria pago muito caro pela imprudência de ter escrito *Técnicas de golpes de Estado*.

A fama daquele enviado especial do *Corriere della Sera*, que viajou pela Etiópia praticamente preso, levado pelo braço de um policial, precedido por telegramas codificados que recomendavam às autoridades que garantissem que ele não tentasse escapar, muito bem vigiado, dia e noite, pela Polícia Colonial, espalhou-se pelo Império, criando para mim uma situação intolerável e despertando a indignação de todas as pessoas decentes, dentre as quais lembro-me, com afetuosa gratidão, do governador Daodiace (1882-1952). Quanto a isto não há dúvida: depois de meu exílio, ao contrário de muitos heróis da liberdade, voltei verdadeiramente às boas graças de Mussolini.

Tenho, é claro, como provar a verdade de tudo o que venho dizendo até agora. Possuo a documentação oficial de todas as perseguições mesquinhas a que fui exposto de 1933 a 1943 por ordem pessoal de Mussolini. Ela me foi entregue no formato de cópia fotográfica pelo Comando Supremo Aliado na Itália, com o intuito de me permitir, se necessário, provar, de maneira irrefutável, a exatidão de minhas declarações.

Em 1940, poucos dias antes da declaração de guerra, fui chamado às armas e enviado ao front como capitão do 5º Alpini*. Imediatamente protestei no Ministério da Guerra. Em minha condição de condenado político, por força do Estatuto do PNF**, que tinha força de lei, eu havia sido “banido da vida civil”. Em meu protesto, pedi que, tendo sido banido da vida civil, também fosse logicamente banido da vida militar.

* Os Alpini eram tropas de montanha do exército italiano, um corpo de infantaria especializado na guerra em terreno montanhoso. (N. da T.)

** Partido Nacional Fascista. (N. da T.)

Em vez de me colocar em licença, como eu esperava, ou de me mandar de volta a Lipari, como muitos esperavam, Mussolini, talvez com a intenção de obrigar-me a me comprometer, transferiu-me para o “núcleo” dos correspondentes de guerra, que era empregado do Gabinete P. do Estado-Maior, composto por escritores e jornalistas, que usavam o uniforme do exército, cada um com sua patente, e eram submetidos à mesma disciplina militar a que estavam sujeitos os oficiais das unidades de combate.

Fui, portanto, enviado para o front como capitão correspondente de guerra do *Corriere della Sera*, juntamente com os numerosos correspondentes dos outros jornais, muitos dos quais agora militam nos vários partidos políticos sem que ninguém sequer o imagine, e é correto recriminá-los por terem sido correspondentes de guerra. Para não se comprometerem, alguns, e sei que hoje são comunistas lá na essência, não fizeram nada além de parafrasear em seus artigos os comunicados de imprensa dos gabinetes de propaganda alemão e italiano, quando não aplaudiam as vitórias de Hitler. Quanto a mim, comprometi-me tanto que no outono de 1941 fui expulso da frente russa pelas autoridades alemãs (que não queriam saber de mim, e posso provar), apesar dos protestos do marechal Messe (1883-1968), comandante do CS1R*, por minha correspondência claramente desfavorável à Alemanha, que suscitou espanto e clamor imensos na Itália, como todos sabem.

Acompanhado até a fronteira italiana, fui condenado a quatro meses de prisão domiciliar por ordem de Mussolini, que, apesar disso, permitiu que meus artigos fossem publicados. Desnecessário dizer que tenho provas do que estou afirmando. Quatro meses depois, fui enviado de volta ao front na Finlândia com o exército finlandês. Quando Mussolini caiu, em julho de 1943, voltei à Itália, como muitos outros correspondentes de guerra do front norte. Minha longa temporada de tédio e tribulações terminara. Como se sabe, desde o desembarque aliado em Salerno, em 1943, até 1945, fiz parte como voluntário do Corpo de Libertação Italiano; em seguida, fui nomeado oficial de ligação no Comando Supremo Aliado, participei dos combates de Cassino, da libertação de Roma, da luta

* *Corpo di Spedizione Italiano in Russia*. O CS1R foi criado pelo ditador italiano Benito Mussolini para mostrar solidariedade com a Alemanha nazista depois que o ditador alemão Adolf Hitler lançou a Operação Barbarossa e atacou a União Soviética. Tratava-se de uma grande unidade do *Regio Esercito* (Exército Italiano), cujo objetivo era ter uma unidade móvel para lutar em frentes onde a mobilidade era essencial. O CS1R passou a integrar o recém-formado Exército Italiano na Rússia. (N. da T.)

na Linha Gótica. Em agosto de 1944, como oficial de ligação entre as tropas americanas e canadenses e a divisão de guerrilha “Possente”, durante a sangrenta luta pela libertação de Florença (o comandante comunista da Divisão “Possente” morreu em Oltrarno a poucos passos de mim), fui processado, por minha conduta, pelo Comando Aliado Supremo.

Na Inglaterra, na América, na Polônia, na Espanha, na Espanha republicana de 1931, meu *Técnicas de golpes de Estado* foi recebido com apoio geral. Mesmo a imprensa liberal e democrática anglo-saxônica, do *New York Times* ao *New York Herald*, do *Times* e do *Manchester Guardian* ao *New Statesman and Nation*, não teve senão elogios para “os propósitos morais” do meu livro (traduzido para o inglês por Sylvia Sprigge), embora acolhesse com reserva minha tese de que “assim como todos os meios são bons para suprimir a liberdade, todos os meios são bons para defendê-la”. Quando, em 1933, fui a Londres, minha recepção foi feita com aquela simpatia que os ingleses concedem aos homens livres.

Na França, de Charles Maurras (1868-1952) e Léon Daudet (1867-1942) a Jacques Bainville (1879-1936), de Pierre Descaves (1924-2014) a Émile Buré (1876-1952), do *Action Française* ao *Humanité*, do *République* ao *Populaire* de Léon Blum (1872-1950), do católico *Croix* ao *Figaro*, do *Echo de Paris* ao *La gauche* etc., etc., o coro de elogios não foi perturbado por nenhuma voz desafinada.

Enquanto a extrema-direita usava meu livro como pretexto para denunciar os perigos da situação na Alemanha e na Espanha (Jacques Bainville, *Action Française*, de 31 de julho de 1931) a fim de chamar a atenção dos defensores da liberdade para a fraqueza do Estado liberal e democrático (Henri de Kérillis (1889-1958), *Echo de Paris*, de 5 de agosto de 1931), ou mesmo para criticá-lo, muito estranhamente, com Paul Valéry (1871-1945), “*nigaud de bureau aux airs profonds, hydrocéphale pour cimetière marin*” [um burocrata incompetente com ar de sagacidade, um hidrocéfalo para um cemitério marinho] (Léon Daudet, *Action Française*, 12 de agosto de 1931), a extrema-esquerda usava-o para atacar Trótski.

O embaixador da URSS em Paris me enviou, por meio de meu editor, Bernard Grasset, o convite do governo de Moscou para que eu fosse à Rússia, como seu convidado, para uma estada de seis meses, a fim de estudar de perto a vida soviética. Um convite que eu educadamente recusei por motivos óbvios. Os exilados alemães (foram os primeiros), como Simon (1880-1941), diretor do *Frankfurter Zeitung*, e Teodoro Wolff (1868-1943), trouxeram-me saudações dos alemães antinazistas a Paris. Ensaios e escritos sobre o *Técnicas de golpes de Estado*

apareceram na Europa e na América. Gosto particularmente de recordar-me do livro que o escritor alemão Hermann Rauschning (1887-1982), autor do famoso *Hitler mi ha detto*, dedicou, com o título *La rivoluzione del nihilismo*, à discussão da tese fundamental de meu livro.

Nesse coro de elogios, uma única voz discordante: a de Leon Trótski, que me atacou violentamente no discurso que fez em outubro de 1931, na rádio de Copenhague. Após seu exílio no Cáucaso, Trótski foi expulso da Rússia e se refugiou na ilha de Prinkip, no mar de Marinara, em frente de Constantinopla. No outono de 1931, ele decidiu se estabelecer em Paris. Mas, ao ter recusada sua permissão de residência na França, ele escolheu o México como local de seu exílio e, antes de deixar a Europa, aceitou o convite da rádio de Copenhague, que lhe ofereceu a oportunidade de responder publicamente às acusações de Stalin.

Foi a primeira vez, depois da Revolução de Outubro de 1917, que Trótski falou na Europa para a Europa: a expectativa por seu discurso anunciado era enorme. Lamentavelmente, ele falou apenas de Stalin e de mim. Eu fiquei, não menos que Stalin, profundamente desapontado. Grande parte de seu discurso (cujo texto foi publicado no *La cloche*, jornal trotskista de Paris) foi dedicada a meu *Técnicas de golpes de Estado*: Trótsky cuspiu em Stalin e vomitou em mim. Naquela mesma noite, eu lhe telegrafei o seguinte: “*Pourquoi mêlez vous mon nom et mon livre à vos histoires personnelles avec Staline? Stop. Je n’ai rien à partager ni avec vous ni avec Staline. Stop. Curzio Malaparte.*” [“Por que está colocando meu nome e meu livro no meio de suas questões pessoais com Stalin? Ponto. Não tenho nada a ver com você ou com Stalin. Ponto. Curzio Malaparte.”] Trótski me respondeu imediatamente com este telegrama: “*Je l’espère pour vous. Stop. Leon Trótski.*” [“Assim espero, para seu próprio bem. Ponto. Leon Trótski.”]

Mas, entre todas as vozes que saudaram o aparecimento deste meu livro, há uma que me é cara: a de Jean-Richard Bloch (1884-1947). O leitor italiano talvez não saiba quem é Jean-Richard Bloch. Ele é um dos heróis do comunismo francês. Tendo fugido durante a guerra em Moscou, dirigiu a propaganda em língua francesa naquela rádio. Retornando a Paris após a libertação, fundou ali o jornal *Ce soir*. Ao morrer, foram concedidas a ele honras do triunfo.

Embora comunista, Jean-Richard Bloch não era nem um sectário nem um fanático: ele entendera o sentido de meu livro e a importância não apenas do problema político, mas moral, que ele coloca aos defensores da liberdade. Desde que nos conhecemos em Paris, em 1931, ele sempre me deu mostras de sua

fiel simpatia. Alguns comunistas talvez o repreendam por sua simpatia por mim. Como, aliás, poderiam admitir que um comunista, cujos restos mortais tiveram a honra de serem celebrados, que um herói da liberdade, do qual o Partido Comunista francês garantiu a exclusividade “para todos os países, incluindo a Suécia e a Noruega”, poderia ter dado prova de retidão moral para com um homem livre? (E digo homem livre porque era assim que o próprio Bloch me considerava.)

Jean-Richard Bloch me escreveu em 20 de novembro de 1931 de sua residência em La Mérigote, perto de Poitiers:

Li com grande interesse o livro que você teve a gentileza de me enviar. Se é verdade, como creio eu, que a tarefa preliminar que incumbe aos intelectuais no início da contemporaneidade – a agonia dos tempos modernos – é “nomear as coisas”, limpar a mente, expelir palavras mortas, conceitos desgastados, formas ultrapassadas de pensar, abrindo caminho para concepções de representações exatas de um mundo inteiramente renovado, você cumpriu sua parte da tarefa comum com maestria excepcional.

Ao dissociar ideias tão diferentes quanto programa revolucionário e tática insurrecional – ideologia e técnica – acertou em cheio. Você torna possível para nós entender e compreender certos fatos veementemente. Você contribui para nossa visão clara dos novos tempos. Só um marxista poderia fazer isso. Somente, você diz, um marxista pode ter sucesso em um golpe hoje. Ampliando sua ideia, eu acrescentaria que só um marxista pode escrever um romance ou um drama que “estampe” o mundo real, em vez de flutuar em torno dele como uma roupa frouxa.

As reflexões em que você nos envolve são infinitas em número. E todas do tipo mais substancial. Gosto também do tom livre e alegre com que fala destas coisas, em que o desdém pelo homem é a arma do amor ao homem. Se é preciso dizer, reconheço no som de sua voz o que mais amo e aprecio na extrema inteligência italiana. São poucos os povos por quem sinto uma afeição mais profunda do que a vobôs. Seu defeito é o verbalismo vazio, assim como a indulgência dos franceses é um sentimentalismo insípido, e a dos alemães é uma sistemática falaciosa. Mas quando um italiano se atreve a ser incisivo,

ele é o mais incisivo do mundo. Em nenhum outro lugar encontrei inteligências mais verdadeiras e autênticas do que em seu país, ainda tão pouco conhecido e tão mal julgado. Isso significa que respiro em seu livro uma atmosfera que me é familiar e benéfica: a atmosfera de um homem livre. É singular escrever isso sobre uma obra, em que se trata apenas dos meios de asfixiar a liberdade. Nunca se ensinou mais independência sobre o assassinato da independência.

Devo me abster de entrar nos detalhes das reflexões que minha leitura suscitou. Do contrário não seria uma carta, e sim um livro. Basta dizer que, entre milhares de outros pontos, compartilho de seus sentimentos ásperos em relação a Hitler. Pode ser que o evento nos desminta, você e eu, e nos ensine um dia que esse enfático austríaco, ardiloso e covarde, escondia uma tática nova e eficaz.

Na história, os eventos não se repetem. Goethe estava certo ao dizer que os eventos históricos são às vezes homólogos, mas nunca análogos. Eu estava muito enganado, não sobre o valor próprio, mas sobre o valor relativo de Mussolini, que conheci um pouco em 1914. No entanto, estou propenso a compartilhar seu sentimento.

Surpreende-me, no entanto, ver você censurar Hitler, como sinais da sua fraqueza, pela perseguição da liberdade de consciência, do sentimento de dignidade pessoal, da cultura; e seus métodos políticos, sua prática de delação. Mussolini não fez o mesmo?

Mussolini fez o mesmo, caro Jean-Richard Bloch, comigo e com tantos outros como eu, melhores do que eu. Talvez tivessem razão, talvez tenham razão todos aqueles que, ainda hoje, nesta Europa livre de Hitler e Mussolini, desprezam e perseguem os homens livres, tentando sufocar o sentimento de dignidade pessoal, de liberdade de consciência, de independência da arte e da literatura. Como sabemos se intelectuais, escritores, artistas, homens livres não são uma raça perigosa, inútil até, uma raça amaldiçoada? “*Que sais-je?*” [Que sei eu?], dizia Montaigne.

Mas por que se voltar com rancor para o passado, quando o presente certamente não é melhor e o futuro nos ameaça? De todos os problemas e perseguições que este livro me rendeu, talvez eu lembrasse deles com gratidão se estivesse convencido de que estas minhas páginas contribuíram, ainda que pouco, para a defesa da liberdade na Europa, não menos em perigo hoje do que estive ontem, do que estará amanhã.

Não é verdade, como se queixava Jonathan Swift (1667-1745), que nada se ganha defendendo a liberdade. Há sempre algo a ganhar: nem que seja essa consciência da própria escravidão, pela qual o homem livre se distingue dos outros. Já que “o que é próprio do homem”, como escrevi em 1936, “não é viver livre em liberdade, mas livre na prisão”.

CURZIO MALAPARTE

Paris, maio de 1948